

SUMÁRIO EXECUTIVO

AGRICULTURA PERIURBANA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO COMBATE À FOME E À MISÉRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG) NOS MUNICÍPIOS DE RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE (RS)

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

AGRICULTURA PERIURBANA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO COMBATE À FOME E À MISÉRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG) NOS MUNICÍPIOS DE RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE (RS)

Resumo:

O artigo aborda os limites e possibilidades de uma atividade de extensão universitária realizada pelo Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG), no período de 2008-2009, junto a pequenos agricultores agroecológicos ou em processo de transição para tal, na modalidade periurbana, no que tange sua relação ao combate à fome e à miséria em duas cidades do extremo sul do Brasil (Rio Grande e São José do Norte). Esse artigo faz parte de um recorte de um estudo mais amplo realizada com financiamento do CNPq/MDS (2010-2011). O objetivo principal do texto, então, é apresentar os aspectos positivos e negativos relacionados a atividade de extensão, ou seja, o Projeto de Agricultura Urbana e Periurbana financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). Para tanto, se parte do entendimento de que é necessário qualificar a discussão que vem sendo realizada acerca da falta de alimentos e da superação da miséria e da fome, contextualizando tal questão no âmbito da forma de organização política, econômica e social contemporâneas. Um projeto como o estudado pode contribuir nesse sentido, nomeadamente através da reflexão crítica, seja na articulação de diferentes agentes envolvidos juntos aos agricultores; seja na melhor definição da ação da Universidade neste tipo de ação política; e ainda, dos limites de uma extensão universitária junto a pequenos agricultores num mercado de alimentos que está voltando majoritariamente para o atendimento dos interesses relacionados ao Capital, o que é um sério entrave à consolidação da Soberania Alimentar.

PALAVRAS CHAVES: AGRICULTURA PERIURBANA, EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, FOME.

13

AGRICULTURA
PERIURBANA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
LIMITES E
POSSIBILIDADES NO
COMBATE À FOME
E À MISÉRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE (FURG) NOS
MUNICÍPIOS DE RIO
GRANDE E SÃO JOSÉ
DO NORTE (RS)

1 Introdução

Em sociedade de classes, como a brasileira, a transformação da natureza (dos recursos naturais, matérias primas, energia, produtos, etc.) em coisas úteis, serviços, condições de vida (cidades, estradas, etc.), e, portanto, em riqueza são apropriados de forma desigual pelos diferentes grupos, setores ou participantes dos processos produtivos.¹ Além disso, na medida em que, determinados indivíduos, grupos e setores sociais se apropriam do território ou dos espaços de “poder” (instituições, governos, ONGs, Universidades, Igrejas, etc.) em seu benefício, configurariam o que se chama de injustiça ambiental (ACSELRAD, 2009). No caso da produção agrícola, a apropriação das melhores terras, do tamanho das propriedades e as finalidades dos processos produtivos - a busca do lucro - é a realidade das sociedades sob o capitalismo.² E, isso deve ser considerado como pano de fundo, ao estudo de uma atividade de extensão universitária junto a agricultores periurbanos. Isto porque, os preteridos desta apropriação devem, para sobreviver trabalhar, e, portanto ter alguma renda para poder acessar os bens e produtos disponibilizados no mercado ou nas terras em que vivem e tentar gerar produtos necessários a sua alimentação e/ou renda. No entanto, devido à desigualdade histórica e congênita na sociedade brasileira, e na medida em que, a riqueza é desigualmente distribuída,³ há uma massa da população trabalhadora (75%) que ganha até três salários mínimos, outra quantidade tão grande (40 milhões) vivem com o valor referente ao Programa Bolsa Família e ainda 16 milhões se encontram em situação de miséria e pobreza absoluta. Tal contingente populacional chegaria a quase 150 milhões de brasileiros nesta situação. (IBGE, 2011) Para estes, apenas a renda lhes possibilitaria acessar os alimentos.⁴ Tal contingente populacional não têm controle sobre o poder de compra de seus rendimentos bem como de impedir que os preços dos alimentos aumentem mais do que sua capacidade de compra.

1 A RELAÇÃO DE UMA POPULAÇÃO RIBEIRINHA OU DE UMA COMUNIDADE INDÍGENA COM UM RIO É DIFERENTE, POR EXEMPLO, DA RELAÇÃO QUE TEM UM ENGENHEIRO, EMPRESÁRIO OU UM GRUPO ECONÔMICO QUE QUER TRANSFORMAR O RIO NUMA FONTE DE ENERGIA, ATRAVÉS DE UMA HIDRELÉTRICA. PARA UNS, A MANUTENÇÃO DO RIO COMO ESTÁ GARANTIRÁ SUAS VIDAS, FONTES DE ALIMENTOS E DE TRANSPORTE; PARA OUTRO, PELO CONTRÁRIO SERÁ A TRANSFORMAÇÃO DO RIO ATRAVÉS DA CONSTRUÇÃO DA HIDROELÉTRICA QUE LHES GARANTIRÁ RIQUEZA, LUCROS, ADVINDOS DA ENERGIA DAÍ GERADA (MACHADO, 2011).

2 NO CASO, NESTE SISTEMA SE PRODUZ PARA O MERCADO E A BUSCA DE LUCRO; E NO PROCESSO DE PRODUÇÃO A MAIOR EXPLORAÇÃO DA NATUREZA OU DOS TRABALHADORES, A REDUÇÃO DOS CUSTOS (DENTRO DO PROCESSO PRODUTIVO OU DA MAIOR PRODUÇÃO VIA USO DE VENENOS; OU NO DESCARTE DE RESÍDUOS SEM TRATAMENTO OU DE MEDIDAS PREVENTIVAS PARA A NÃO CONTAMINAÇÃO DE RIOS, LAGOS OU NA CONTAMINAÇÃO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NÃO USUÁRIAS DE VENENO) SÃO ELEMENTOS COMPONENTES DA PRODUTIVIDADE E DA LÓGICA PRODUTIVA NESTE SISTEMA SOCIAL E ECONÔMICO.

3 “ESTE É UM PROJETO QUE TEM ALGUNS DESAFIOS E UMA GRANDE MISSÃO, QUE É TER UM PAÍS EM QUE A DESIGUALDADE SOCIAL NÃO SEJA TÃO AVASSALADORA COMO FOI DESDE A SUA FORMAÇÃO. UM PAÍS QUE FOI ESCRAVISTA, QUE TEVE UMA GESTÃO COLONIAL, QUE NUM SEGUNDO MOMENTO TENTOU A SUA INDUSTRIALIZAÇÃO E NO QUAL UM PRESIDENTE FOI LEVADO AO SUICÍDIO E OUTRO FOI DEPOSTO.[...] NÓS PASSAMOS PRATICAMENTE 20 ANOS SOB ESTAGNAÇÃO, 10 ANOS SOB O NEOLIBERALISMO [...]TRATA-SE DE FAZER, DE FATO, COM QUE ESTE PAÍS TENHA CAPACIDADE DE TER UM NÍVEL DE DESENVOLVIMENTO QUE LHE PERMITA DISTRIBUIR RIQUEZA”. PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF, (P.3, CARTA MAIOR, EDITORIA, 07.02.2012).

4 DESTACO QUE, NO ENTANTO HÁ TRABALHADORES, FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS OU NÃO QUE, PERCEBEM RECURSOS ACIMA DESTES VALORES, E TAMBÉM, NÃO TEM CONTROLE SOBRE OS PREÇOS DOS PRODUTOS QUE COMPRAR. MAS, SUA MARGEM DE “MANOBRA” NESTE SISTEMA É MAIOR DOS QUE PERCEBEM MENOS DE 3 SALÁRIOS MÍNIMOS. MAS, AS “CONDIÇÕES DE PODER” ESTARIAM DE FATO NO CONTROLE DOS MEIOS NECESSÁRIOS À PRODUÇÃO, DOS TERRITÓRIOS E DOS ESPAÇOS DE PODER, OS QUAIS SÃO UTILIZADOS PARA UMA APROPRIAÇÃO DESIGUAL EM RELAÇÃO AOS DEMAIS GRUPOS, SETORES, CLASSES SOCIAIS PRETERIDAS.

E isso, apesar de serem os pequenos agricultores familiares os maiores produtores de alimentos, e, portanto, são os que abastecem o mercado interno de alimentos à grande massa da população (CENSO AGROPECUÁRIO, 2010). Neste caso, deveriam ser priorizados – nas políticas públicas - em detrimento do mercado exportador de alimentos do agronegócio.⁵ No entanto, são estes últimos setores como parte dos grupos dominantes, produzem permanentemente suas perspectivas, concepções e posicionamentos particulares como se fossem de todos/as, para na prática, regular a forma como se dá a distribuição dos alimentos mundialmente⁶ e as políticas públicas conforme seus interesses. Sendo assim, em nossa perspectiva, o Estado deveria ampliar seu poder de regulação sobre a produção agrícola interna para potencializá-la, em quantidade e qualidade via recursos, apoio e assessoria técnica à pequena produção periurbana no abastecimento das cidades; e de outro, no controle dos preços, daqueles produtos advindos da produção do agronegócio, os quais são hoje determinados pelas empresas produtoras, os distribuidores e outros agentes do “mercado” de alimentos.

Portanto, uma reflexão relacionada aos limites e possibilidades de um projeto de extensão universitária com o tema da agricultura urbana e periurbana no combate à fome deveria considerar que estamos no capitalismo. E, neste sistema a produção de alimentos, a partir da agricultura visa o lucro, de que a riqueza é apropriada desigualmente pelos diferentes grupos e setores que participam de sua produção bem como pela sociedade como um todo. E, sendo assim, diríamos que há diferenças entre a grande agricultura agroexportadora de produtos para o mercado externo (commodities); destes com os intermediários (“beneficiadores” dos produtos, grandes corporações de alimentos, de indústrias de transformação agrícola, de veneno, etc.) e de ambos com os especuladores financeiros (fundos de pensão, fundos de investimentos, bancos, etc.). Diante disso, é que questionamos se as alternativas que estão sendo desenvolvidas pelo governo brasileiro e organismos internacionais relacionadas à agricultura urbana e periurbana no combate à fome e à miséria com foco no local, bem como apenas através do acesso à renda podem ser efetiva, naquilo que propõem? Pois, como podem ser eficazes estratégias em que a produção, distribuição e preços dos alimentos são controlados por mega-corporações? E por fim, que contribuições e limites apresentariam uma atividade de extensão que se proponha o combate à fome e à miséria dentro destes limites?

Neste trabalho, certamente, não daremos conta de responder todas estas perguntas, mas apresentaremos alguns elementos que devem, em nossa opinião, serem conside-

15

AGRICULTURA
PERIURBANA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
LIMITES E
POSSIBILIDADES NO
COMBATE À FOME
E À MISÉRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE (FURG) NOS
MUNICÍPIOS DE RIO
GRANDE E SÃO JOSÉ
DO NORTE (RS)

5 SEGUINDO WALLERSTEIN DIRIA QUE O AGRONEGÓCIO DEVE SEGUIR O QUE PREGA: “FAZER COM QUE O CENTRO LIBERAL SEJA FIEL AS PREFERÊNCIAS TEÓRICAS”, NESTE SENTIDO, O GOVERNO NÃO DEVE AJUDAR “OS EMPRESÁRIOS QUE FRACASSAREM NO MERCADO NÃO DEVEM SER SALVOS” (2004, P264, IN. MACHADO, 2005).

6 ALÉM DE PRODUZIREM PERMANENTEMENTE, SUAS PERSPECTIVAS E CONCEPÇÕES, OPINIÕES E POSICIONAMENTOS PARTICULARES COMO SE FOSSEM DE TODOS/AS. CONFORME ARGUMENTOU KARL MARX, EM “IDEOLOGIA ALEMÃ”: “AS IDEIAS DA CLASSE DOMINANTE SÃO, EM TODAS AS ÉPOCAS, AS IDEIAS DOMINANTES, OU SEJA, A CLASSE QUE É O PODER MATERIAL DOMINANTE DA SOCIEDADE É, AO MESMO TEMPO, O SEU PODER ESPIRITUAL DOMINANTE. A CLASSE QUE TEM À SUA DISPOSIÇÃO OS MEIOS PARA A PRODUÇÃO MATERIAL DISPÕE ASSIM, AO MESMO TEMPO, DOS MEIOS PARA A PRODUÇÃO ESPIRITUAL, PELO QUE LHE ESTÃO ASSIM, AO MESMO TEMPO, SUBMETIDAS EM MÉDIA AS IDEIAS DAQUELES A QUEM FALTAM OS MEIOS PARA A PRODUÇÃO ESPIRITUAL [...]” (2011, P.30, CAPÍTULO III).

rados em suas respostas, e que orientaram nosso estudo. Isto porque, na medida em que estamos concluindo duas pesquisas sobre o NUDESE e os programas de extensão da Universidade Federal (FURG, Rio Grande) e sobre os pequenos agricultores e a educação ambiental⁷ poderemos ampliar em abrangência e consistência destas reflexões.

Sendo assim, na primeira parte de nosso trabalho apresentaremos os atores principais do campo da produção agrícola brasileira, destacando o lugar do agronegócio e de outros atores na produção de commodities para o mercado externo enquanto os pequenos produtores abastecem o mercado interno. Neste contexto, mostraremos ainda que, a produção de alimentos é suficiente, e, que não é por falta de alimentos que há fome. Mas, sim devido à desigualdade no acesso e da distribuição da riqueza que se traduziria na desigualdade de renda ou no não acesso a alimentos por parte significativa do povo brasileiro. Problematizaremos os argumentos de que o aumento dos preços, decorrem do aumento dos consumidores e da “quebra das safras” devido às mudanças climáticas; e também, os argumentos em sentido contrário, de que há redução da oferta de alimentos devido ao aumento da demanda, principalmente, pelos países emergentes (Brasil). Utilizando-se de dados internacionais, mostraremos que, a retórica da falta de alimentos (requerendo a tese de Maltus de que os pobres se reproduziriam mais do que os alimentos), agrega-se, na atualidade questões ambientais e climáticas, para justificar os aumentos dos preços dos alimentos. Na prática, no entanto, em todo o mundo a produção e os preços dos alimentos são controlados por mega-corporações empresariais e financeiras. E, tais argumentos são discursos das mega-empresas e de seus representantes nos organismos internacionais, alinhados com a defesa de seus interesses e perspectivas.

Na sequência, evidenciamos as retóricas discursivas relacionadas as estratégias apontadas por organismos internacionais, redes de ONGs, governos, empresas, etc. na promoção da agricultura urbana e periurbana no combate à fome e à miséria. De um lado, temos o aumento da desigualdade e da miséria em decorrência da década neoliberal (1990 e 2000), potencializadas pela crise do capitalismo a partir dos anos 2007-2008, nos Estados Unidos, e agora em toda a Europa; e de outro, porque tais instituições e empresas propõem que os próprios pobres cuidem de sua pobreza produzindo alternativas via hortas, feiras, canteiros urbanos, nas casas, em terrenos vazios, etc. Argumentaremos que, o objetivo de tal estratégia, é menos o combate à fome e mais construir consensos, envolvimento dos pobres e miseráveis em programas e benefícios para assim não ameaçarem o sistema vigente.

E finalmente, apresentamos alguns resultados de nossa pesquisa, para problematizar os limites de tais atividades de extensão e propostas do Ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome, medida em que não forem consideradas as configurações acima referidas, como limitante desta utopia. Mas, também, devido a falta de articulação com outros ministérios envolvidos na questão

7 NESTE CASO, NOS REFERIMOS A TESE DE MARIA DE FÁTIMA SANTOS DA SILVA (2014), QUE TEM COMO BASE EMPÍRICA O MATERIAL COLETADO NESTA PESQUISA FINANCIADA PELOS MDS; E A DISSERTAÇÃO DE LEONARDO DORNELLES (2013), AO PROBLEMATIZAR O PAPEL E OS LIMITES DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA, AMBAS NO PPGEA/FURG.

agrária e/ou produção de alimentos, direta ou indiretamente⁸ e, no espaço local,⁹ ao não articularem outras instituições públicas relacionadas ao tema (agricultura) e no objetivo do projeto/programa. Por fim, como pano de fundo limitador, poderíamos sugerir a hipótese de que, na medida em que as proposições ao estarem subordinados à lógica de mercado na solução de problemas criados pela própria sociedade de mercado, abdicariam do papel regulador do Estado, de um lado; e de outro, por não terem a superação da “sociedade de mercado” com sua utopia, acabam contribuindo para sua própria continuidade em benefício dos atores e grupos sociais mais poderosos.

1.1 LATIFÚNDIOS, AGRONEGÓCIO E PEQUENOS AGRICULTORES NO BRASIL COM FOME

O relatório do Estado das cidades no mundo (2010-2011) da ONU Habitat reconhece que cada “vez mais populações urbanas estão passando fome e com frequência com mais intensidade do que nas áreas rurais” (p.17, ONU HABITAT, 2010). E, em decorrência disso, conforme a mesma organização amplia-se a “desnutrição em áreas urbanas” e “diferenças significativas em segurança alimentar entre os grupos socioeconômicos das cidades”¹⁰. Destaca ainda:

Como o implacável aumento no preço dos alimentos nas áreas urbanas se combina com rendas cada vez mais baixas, os pobres urbanos não podem se permitir comprar comida em quantidades e tipos adequados. Paradoxalmente, até mesmo em países com comida suficiente para toda a população, só os ricos podem ter acesso, enquanto os mais pobres lutam a cada dia para garantir uma refeição para

17

AGRICULTURA
PERIURBANA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
LIMITES E
POSSIBILIDADES NO
COMBATE À FOME
E À MISÉRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE (FURG) NOS
MUNICÍPIOS DE RIO
GRANDE E SÃO JOSÉ
DO NORTE (RS)

8 VER SITE DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, OS PROGRAMAS, POR EXEMPLO: “O MAIS ALIMENTOS É UMA POLÍTICA PÚBLICA QUE, POR MEIO DE LINHAS DE CRÉDITO DO PRONAF, FINANCIA INVESTIMENTOS PARA A MODERNIZAÇÃO DA PROPRIEDADE RURAL FAMILIAR”; “O PLANO SAFRA DA AGRICULTURA FAMILIAR 2011/2012 APERFEIÇA AS POLÍTICAS PÚBLICAS IMPLANTADAS NOS ÚLTIMOS ANOS COM TRÊS OBJETIVOS: AUMENTO DA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS, GERAÇÃO DE RENDA NO CAMPO E ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA DOS AGRICULTORES (AS) FAMILIARES, ASSENTADOS (AS) DA REFORMA AGRÁRIA E POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS”; “O TERRITÓRIO [DA CIDADANIA] DA ZONA SUL DO ESTADO - RS ABRANGE UMA ÁREA DE 39.960,00 KM² E É COMPOSTO POR 25 MUNICÍPIOS: AMARAL FERRADOR, ARROIO GRANDE, CANDIOTA, CAPÃO DO LEÃO, ACEGUÁ, ARROIO DO PADRE, CANGUÇU, CERRITO, HERVAL, HULHA NEGRA, MORRO REDONDO, PEDRAS ALTAS, PEDRO OSÓRIO, PINHEIRO MACHADO, PIRATINI, CHUÍ, CRISTAL, JAGUARÃO, PELOTAS, RIO GRANDE, SANTA VITÓRIA DO PALMAR, SANTANA DA BOA VISTA, SÃO JOSÉ DO NORTE, SÃO LOURENÇO DO SUL E TURUÇU”, <http://www.mda.gov.br/portal/>, ACESSO 03 ABRIL 2012; VER NO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA E DA PRODUÇÃO (MAPA), POR EXEMPLO: “OS PROGRAMAS, PROJETOS E AÇÕES RELACIONADOS ÀS ATIVIDADES COOPERATIVISTAS E ASSOCIATIVAS [...] [QUE TEM] ATRIBUIÇÃO DE APOIAR, FOMENTAR E PROMOVER O COOPERATIVISMO E O ASSOCIATIVISMO VISANDO À GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA, O DESENVOLVIMENTO HUMANO E A INCLUSÃO SOCIAL PARA A MELHORIA NA QUALIDADE DE VIDA DAS COMUNIDADES BRASILEIRAS E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES REGIONAIS, ALÉM DE CONTRIBUIR PARA O COMBATE A INFORMALIDADE E AO DESEMPREGO”. <http://www.agricultura.gov.br/cooperativismo-associativismo>, ACESSO 03 MARÇO 2012.

9 NO CASO, DO ESPAÇO LOCAL, EM RIO GRANDE, ADIANTE FAREMOS REFERENCIA A ISSO. MAS, COMO EXEMPLO DIRIA QUE NÃO HÁ ARTICULAÇÃO ENTRE A SECRETARIA MUNICIPAL, ÓRGÃOS DE PESQUISA E ACESSORIA (EMBRAPA E EMATER), DE PESQUISA (UNIVERSIDADES, FURG E UFPEL), DENTRE OUTROS, COMO ONGS, NO SENTIDO DE PLANEJAREM SUAS AÇÕES E/OU DE COMO MELHOR EFETIVAREM AS POLÍTICAS PARA O SETOR, E NO CASO, COM O FOCO DE ACABAR COM A FOME COMO ESTABELECIDO NO PLASAN. INCLUSIVE, ESTA É UMA DAS METAS DO MESMO.

10 “O AUMENTO DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS MAIS UMA VEZ JOGOU NA POBREZA MILHÕES DE PESSOAS QUE GASTAM MAIS DA METADE DA RENDA COM ALIMENTAÇÃO” (THE ECONOMIST, 23 MARÇO 2011, IN CARTA CAPITAL, P.43, MARÇO 2011).

sua prole. [...] a insegurança alimentar vem afetando a vida diária dos pobres urbanos e de famílias rurais durante pelo menos as duas últimas décadas. Os dados revelam que, no mundo em desenvolvimento, a desnutrição severa tem se estendido nas favelas urbanas e nas áreas rurais desde 1990, independentemente das crises alimentares locais. [...] As crianças das famílias pobres com frequência nascem na fome, crescem na fome e podem morrer na fome se não se toma nenhuma ação para remediar essa situação. (ONU HABITAT, 2010, p.17)

Diante disso, afirmam que os pobres “clamam por soluções de políticas fundamentais, até em relação à produção, marketing, distribuição, manejo e controle da comida para o mercado urbano”, às quais poderiam realizar-se não apenas pela “disponibilização de comida”; mas também através da “urbanização das favelas”, de programas de “saúde e nutrição”, pelo “uso de água segura, esgoto melhorado e materiais duradouros para moradias, combinado com a oferta de áreas habitacionais suficientes”, dentre outras. Mas, assim “como a pobreza, a fome nas cidades é apenas um resultado de uma distribuição injusta dos recursos disponíveis” (ONU – HABITAT, 2010, p.17-18). No entanto, apesar de tal constatação, as propostas estratégicas e as ações direcionam-se para as cidades, os governos e ONGs num sentido pró-mercado.¹¹

No caso do Brasil, os avanços no combate à fome e à miséria, conforme dados do governo, retiraram milhões de brasileiros que viviam nesta situação. Mas, ainda existiriam “16,27 milhões” de brasileiros, dos quais “4,8 milhões sem rendimento e 11,4 milhões com rendimento per capita entre R\$ 1,00 e R\$ 70,00” (CAISAN, 2011, p.18). E, as estratégias de apoio e financiamento à agricultura urbana e periurbana e a pequena produção familiar fazem parte das estratégias de combate à fome e à miséria.

Sendo assim, poderíamos concluir que, isso decorreria do fato de não terem acesso aos alimentos. Até porque, tais populações estão subjugadas aos ditames de mega-empresas que controlam o mercado de alimentos e os respectivos preços destes produtos, e por isso, que afirmamos que as estratégias de acesso à renda para a compra de alimentos serão limitadas. Portanto, a superação de tais condições – por parte do Estado – deveria levar isso em conta, e para isso, deveria exercer seu papel de indutor alternativo ao “mercado” (leia-se, às mega-corporações). Isto porque, a produção de alimentos no Brasil vem aumentando significativamente, sendo auto-suficiente na maioria dos produtos consumidos. Isso é afirmado no Plano do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional 2012-2015 (CAISAN):

considerando o balanço entre a oferta e a demanda de um conjunto dos principais produtos brasileiros (arroz em casca, feijão, milho, soja em grão, farelo, óleo e trigo), para o

11 NO RELATÓRIO DA ONU – HABITAT SE DIZ: “É PROVÁVEL QUE AS ATUAIS CRISES FINANCEIRAS E DE ALIMENTOS ACABEM COM AS CHANCES DE UM CRESCIMENTO ECONÔMICO SUSTENTADO NOS PRÓXIMOS ANOS E, A NÃO SER QUE SE ADOTEM POLÍTICAS APROPRIADAS A FAVOR DOS POBRES, AS DESIGUALDADES PODEM AUMENTAR DE NOVO, AO INVÉS DE DIMINUIR MAIS” (P.12); “QUANTO MAIS DESIGUAL A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA OU CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS, MAIS ALTO É O RISCO DE [...] RESULTEM EM TENSÃO SOCIAL E POLÍTICA” (P.13). ONU – HABITAT. O ESTADO DAS CIDADES NO MUNDO (2010-2011). TRAD. IPEA WWW.IPEA.GOV.BR <ACESSO MAIO E JUNHO DE 2010>.

mercado interno e externo, observa-se que somente o trigo produzido é insuficiente para a demanda interna, obrigando as importações. Por outro lado, os estoques finais sempre estiveram acima da margem de estoques finais sempre estiveram acima da margem dos estoques de segurança, que devem corresponder a 1/12 do consumo interno. (CAISAN, 2011, p.17)¹²

No entanto, há diferenças no conteúdo deste processo de produção, seja do que se produz bem como de suas finalidades. Senão vejamos:

A produção agrícola brasileira registrou nos últimos vinte anos um crescimento significativo para [...] os monocultivos voltados principalmente para a exportação ou culturas detentoras de extensas áreas [soja, 188%, cana de açúcar, 156%, milho, 138%]”, por outro lado, os “alimentos produzidos para o mercado interno tiveram um crescimento inferior [tomate, 91%, cebola, 74%, arroz, 70%, o trigo, 63%, feijão, 56%, batata inglesa, 54%, aveia, 42%, mandioca, sem crescimento. (conf. IBGE, 2009, in CAISAN, 2011, p.15)

As explicações para o aumento da produção decorreram da “produtividade” ou da “expansão da área” como no caso da cana de açúcar; e de que “as culturas para a exportação ocupam grandes áreas de extensão”. No entanto, aquelas culturas voltadas ao mercado interno, como arroz, feijão e mandioca que “é realizada basicamente em propriedades de até 300 hectares” (IBGE, 2009, In CAISAN, 2011, p.16) diminuíram neste período.

E, ainda, se considerarmos que, até hoje “uma característica predominante da agricultura brasileira” é a “concentração da terra”, já que as propriedades de até “50 hectares correspondem a 82% do total dos estabelecimentos” ocupando “apenas 13% da área ocupada pela agricultura”; e por outro lado, as “propriedades acima de 500 hectares correspondem a 2% do total dos estabelecimentos”, mas ocupam “56% da área total” (IBGE, acesso jun. 2011, in. p.16, CAISAN, 2011),¹³ identificaríamos nos grupos e setores vinculados a grande propriedade e a produção

12 A REGIÃO SUL “CONCENTRA 75% DA PRODUÇÃO DE ARROZ”, À QUAL “NÃO SE ALTEROU SIGNIFICATIVAMENTE” NOS ÚLTIMOS ANOS, O QUE TEM “OBRIGADO IMPORTAÇÕES, QUANDO O CONSUMO SUPERA A PRODUÇÃO”; A PRODUÇÃO DE FEIJÃO MANTÉM UMA ESTABILIDADE, APESAR DE “O CONSUMO PER CAPTA VEM CAINDO, DE 27KG/HAB/ANO, NA DÉCADA DE 1970, PARA 18KG/HAB/ANO” NA ATUALIDADE; O MILHO POR SUA VEZ, TENDE A AUMENTAR A PRODUÇÃO”, DEVIDO A SER UMA “COMMODITY IMPORTANTE PARA TODO O MUNDO, O QUE TRAZ INFLUÊNCIA PARA SEUS PREÇOS INTERNACIONAIS” (DEVIDO À PRODUÇÃO DE ETANOL DOS EUA A PARTIR DO MILHO). O PAÍS É “DEPENDENTE DA IMPORTAÇÃO DE TRIGO”, JÁ QUE PRODUZ APENAS A METADE DO QUE É CONSUMIDO, E A PRODUÇÃO CONCENTRA-SE NA REGIÃO SUL. A MANDIOCA “NÃO TEM TIDO EXPANSÃO EM SUA PRODUÇÃO”; E AS HORTALIÇAS E FRUTAS, “PRODUZIDAS PRINCIPALMENTE EM PROPRIEDADES PEQUENAS” (CAISAN, 2011, P.17).

13 E, ISSO APESAR DE EMPREGAREM MENOS MÃO-DE-OBRA EM SEUS PROCESSOS PRODUTIVOS DO QUE AS PEQUENAS (70% PARA ÁREAS DE ATÉ 50 HÁ; PARA 3% EM ÁREAS ACIMA DE 2.500 HA)” (CAISAN, 2011); E DIZ, AINDA, ROSEMEIRE A. DE ALMEIDA (UFMT) A PARTIR DE SUAS PESQUISAS QUE A ESTRUTURA PRODUTIVA DO AGRONEGÓCIO, TAMBÉM, GERA MENOS EMPREGO: “AS ÁREAS DE 50 HECTARES GERAM OCUPAÇÃO A CADA 6,7 HÁ, ENQUANTO AQUELAS ACIMA DE MIL HECTARES GERAM UMA OCUPAÇÃO A CADA 411, 56 HÁ”, ALE DE QUE, NO AGRONEGÓCIO AS ATIVIDADES SÃO INTENSIVAS, PRECÁRIAS, DE EMPREGOS TEMPORÁRIOS, DENTRE OUTRAS MAZELAS DIZ A PROFESSORA (FÓRUM, 2011, P.7-8).

para o mercado externo como os setores dominantes e hegemônicos no campo agrícola no Brasil.

Portanto, tal aspecto é limitante ao combate à fome e à miséria através da pequena produção agrícola se o Estado não tiver um papel indutor, no apoio a tais setores. Isto porque, “a agricultura familiar cumpre um papel decisivo na produção de alimentos para o mercado interno” que correspondem a “84% do total de estabelecimentos agropecuários e ocupam ¼ da área total” (CAISAN, 2011, p.16). Por outro lado, os grandes empreendimentos agrícolas estão voltados ao mercado externo, e, portanto, apenas voltados ao lucro, de seus empreendimentos.¹⁴

Sendo assim, não seria a falta de alimentos o problema da fome e da miséria, conforme vimos acima no Plano Nacional de Segurança (CAISAN, 2011), mas sim, a falta de acesso a terra devido à concentração nas mãos de poucos; de uma produção de alimentos voltados ao mercado e ao lucro e do controle dos processos produtivos (da cadeia produtiva) por mega-corporações¹⁵; e de uma gestão do Estado submisso aos interesses do agronegócio.

Mas, em contradição a tais dados e informações o documento da CAISAN afirma que são os próprios pobres e miseráveis responsáveis por tal situação: “a principal causa da insegurança alimentar é a falta de capacidade de acesso aos alimentos pelos grupos sociais mais vulneráveis”. Isto porque, “o rendimento familiar é o principal fator que determina a condição de segurança ou insegurança alimentar”, principalmente, “naquelas em que a mulher” é a referência principal ou em famílias não brancas e com menos escolaridade (CAISAN, 2011, p.19-20).¹⁶

Assim, o Programa Bolsa Família (PBF) disponibilizaria recursos a estes setores e grupos humanos de um lado, e o desenvolvimento de estratégias de produção agrícola urbana por parte dos pobres e miseráveis se articulariam, constituindo as condições de superação de sua condição de exclusão. Se um lado, a bolsa família re-insere os beneficiários como consumidores através de recursos despendidos através do repasse do governo federal no mercado consumidor; mas, como de outro ao buscar envolvê-los em atividades e ações produtivas que contribuam na superação de tal situação sem qualquer relação com as “reais causas” de sua pobreza e miséria, acabam apenas contribuindo para a sustentabilidade do próprio sistema injusto. Ou seja, acabam contribuindo que pobres e miseráveis não aumentem as “brechas” e a “instabilidades” das cidades e do sistema vigente.¹⁷

14 NO ENTANTO, NÃO SEJAMOS INGENUOS DE IMAGINAR QUE ESTES TAMBÉM, NÃO SÃO HEGEMONIZADOS PELOS INTERESSES DOS GRANDES E DA SOCIEDADE DE MERCADO.

15 “A ESPECIALIZAÇÃO NA PRODUÇÃO DE ALIMENTOS E MATÉRIAS PRIMAS TORNOU A ECONOMIA BRASILEIRA DEPENDENTE DA EXPANSÃO DOS MERCADOS CONSUMIDORES EXTERNOS – NOTADAMENTE DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E DA CHINA –, BEM COMO DA EVOLUÇÃO DOS PREÇOS INTERNACIONAIS DE COMMODITIES” (DIEESE, AGO 2011, N. TÉC. N. 104).

16 OS NÃO BRANCOS SÃO 75,4% DOS QUE ESTÃO NESTA SITUAÇÃO, E OS BRANCOS EM TORNO DE 24,6%; E A FALTA DE ESCOLARIDADE, TAMBÉM CONTRIBUIR, NO CASO, EM SENTIDO CONTRÁRIO DAS PESSOAS COM MAIS ESCOLARIDADE APRESENTANDO UMA RELAÇÃO INVERSA À DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (CAISAN, 2011, P20 CITA IBGE, 2010).

17 NO RELATÓRIO DA ONU – HABITAT SE DIZ: “QUANTO MAIS DESIGUAL A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA OU CONSUMO NAS ÁREAS URBANAS, MAIS ALTO É O RISCO DE [...] RESULTEM EM TENSÃO SOCIAL E POLÍTICA” (P.13); DA NECESSIDADE DE SE CRIAR “OPORTUNIDADES PARA EVITAR AS DIVISÕES” (P. 28), DA “REDUÇÃO DO FOSSO” OU BRECHA (P.77); E ANNA TIBAIJUKA DIZ SER NECESSÁRIO EVITAR A “AMPLIAÇÃO DO FOSSO URBANO”, POIS A “A AGITAÇÃO SOCIAL E OS MOVIMENTOS SOCIAIS TENDERÃO AUMENTAR” OU DE QUE OS ABISMOS DAS CIDADES PODEM GERAR INSTABILIDADE. ONU – HABITAT. O ESTADO DAS CIDADES NO MUNDO (2010-2011). TRAD. IPEA WWW.IPEA.GOV.BR <ACESSO MAIO E JUNHO DE 2010>.

1.2 O MERCADO INTERNACIONAL DE ALIMENTOS E O LIMITE DO ACESSO À RENDA

No acesso à renda, o governo federal ao disponibilizar recursos aos grupos humanos em “situação de vulnerabilidade” para que possam comprar alimentos é limitada, portanto, por dois motivos: em primeiro, porque busca inserir no mercado aqueles que estão “fora” dele, portanto, mercado funcional ao mesmo sistema que os colocou naquela situação. De outro, porque, o recurso disponibilizado individualmente (em termos de valor monetário) tem seu poder de compra limitada já que o que o recebe não tem controle sobre o valor dos alimentos e de outras “coisas” necessárias à superação de sua condição.¹⁸ No caso dos preços dos alimentos (grãos de primeira necessidade) aumentaram entre março de 2007 e abril de 2008 em 88%; em junho de 2008 o arroz subiu 50% e, em dois anos 180%; etc. (FÓRUM, 2011, p.6).

O discurso dominante diz que tais aumentos decorreram das (a) quebras de safras e (b) aumento do consumo de alimentos no planeta (CARTA Capital, 2011, p.41-53; Le Monde Diplomatique Brasil, 2012, p.16-17; ONU-PNUMA, 2011, p.3).¹⁹ Mas, também podemos associar ao resgatam das teses maltusianas para justificar o aumento do consumo e a necessidade de mais alimentos.²⁰

No entanto, como mostrou Vicente BOIX, a previsão da FAO, comparando a produção e o consumo, é de que existiria um superávit de produção em torno de 43,1% milhões de toneladas (FÓRUM, 2011, p.6-7). E, na tabela vemos que os estoques (2010-2011) superam em mais de 10 vezes o déficit de alimentos.

Tabela produção, consumo e estoques cereais – 2000-2011

	2000-2001	2003-2004	2007-2008	2010-2011*
PRODUCCIÓN MUNDIAL (MILLONES TONELADAS)	1863,6	1883	2131,8	2216,4
UTILIZACIÓN MUNDIAL (MILLONES TONELADAS)	1896,4	1955,6	2120,2	2253,8
DIFERENCIA (MILLONES TONELADAS)	-32,8	-72,6	11,6	-37,4
RESERVAS (MILLONES TONELADAS)	610	420	444,6	512,5
ÍNDICE DE LA FAO PARA EL PRECIO DE LOS ALIMENTOS	93 (2001)	112 (2004)	185 (2008)	231 (ENERO 2011)
DESNUTRICIÓN (MILLONES DE PERSONAS)	833	840	910 (2008) 1025 (2009)**	-

FONTE: DATOS FAO. (*) PREVISIÓN. (**) VALOR CONDICIONADO POR LA CRISIS DE PRECIOS DE 2007-2008.21

18 DEVEMOS CONSIDERAR, NO ENTANTO QUE “A INCLUSÃO SOCIAL NÃO É FEITA APENAS POR UM PROGRAMA ISOLADO PARALELAMENTE SÃO DISPONIBILIZADOS VÁRIOS PROGRAMAS QUE ENTRE OUTRAS COISAS, PROCURA CAPACITAR OS BENEFICIÁRIOS DIRETOS TORNA-OS INDEPENDENTES”. COMENTÁRIO DO REVISOR COMITÊ EDITORIAL. (MARÇO 2012).

19 “A RIO 2012 SURGE EM UM CONTEXTO DE RÁPIDA REDUÇÃO DE RECURSOS NATURAIS E DE ALTERAÇÕES AMBIENTAIS ACELERADAS – DESDE A PERDA DE RECIFES DE CORAL E FLORESTAS À CRESCENTE ESCASSEZ DE TERRA PRODUTIVA; DESDE A NECESSIDADE URGENTE DE FORNECER ALIMENTO E COMBUSTÍVEL ÀS ECONOMIAS ATÉ OS PROVÁVEIS IMPACTOS DAS ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS DESCONTROLADAS” DIZ ACHIM STEINER, PNUMA, SECRETARIO GERAL ADJ. NAÇÕES UNIDAS (P.3, ONU, 2011).

20 É O QUE FAZ O THE ECONOMIST EM MARÇO DE 2011 COM A REPORTAGEM: “A POPULAÇÃO DO MUNDO VAI AUMENTAR DE 7 BILHÕES PARA MAIS DE 9 BILHÕES EM 2050. HAVERÁ COMIDA SUFICIENTE PARA TODOS?” (CARTA CAPITAL, MARÇO 2011, CADERNO ESPECIAL). MAS, TAMBÉM É O ARGUMENTO DOS RURALISTAS AO NÃO CUMPRIMENTO DO CÓDIGO FLORESTAL DA DITADURA MILITAR, E AGORA, ATRAVÉS DE SUAS PROPOSIÇÕES NA REFORMA REALIZADA: PRECISAMOS DE ÁREA PARA PRODUZIR ALIMENTOS. PARA UMA DISCUSSÃO MAIS DE FUNDO CECÍLIA C.DE AMARAL MELLO. CAPACIDADE DE SUPORTE DO TERRITÓRIO: O NOMADISMO DE UM CONCEITO. RIO DE JANEIRO: IPPUR. SÉRIE ESTUDOS E DEBATES, N.28, 1999.

21 VER: [HTTP://WWW.ELPARQUEDELASHAMACAS.ORG/HTML/DIOSMERCADO.HTML](http://www.elparquedelashamacas.org/html/diosmercado.html) <ACESSO 28 FEV. 2012>.

21

AGRICULTURA PERIURBANA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA: LIMITES E POSSIBILIDADES NO COMBATE À FOME E À MISÉRIA: UMA ANÁLISE A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE (FURG) NOS MUNICÍPIOS DE RIO GRANDE E SÃO JOSÉ DO NORTE (RS)

A tabela mostra que, a produção de alimentos aumentou bem como o consumo entre 2000 e 2011, mas, sendo este último maior do que a produção, com exceção entre 2007-2008 (crise capitalismo global, a partir dos EUA); de que, as reservas mundiais se mantêm oscilantes, mas sempre maiores do que o déficit entre produção e consumo (em torno de 20x em 2001-1; 6X, em 2003-4; 40X em 2007-8; e 15X em 2010-1); e por fim, o aumento desmesurado do índice de preços dos alimentos, em torno de 150% em dez anos, muito acima, tanto do aumento da produção (de 1863,6 para 2216,4 milhões de toneladas) como do consumo (de 1896,4 para 2253,8 milhões de toneladas).

Isso indicaria como as mega-corporações estariam auferindo seus lucros neste mercado. Diz BOIX:

no hay duda de que el planeta tiene un reto con el actual crecimiento demográfico y la capacidad futura de proporcionar alimentos y recursos a toda la raza humana. Que se haya resaltado que la crisis actual no es de escasez, [...] más bien lo contrario. Se pretende ante todo denunciar la especulación en los mercados de futuros, cuestionar el mercado como centro del universo y debatir el papel de la alimentación como una mercancía globalizada, sujeta a cotizaciones que suben y bajan según ofertas y demandas. (BOIX, 2011, in site).

Também Renato Maluf, presidente do CONSEA (Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional), no relacionado à especulação dos preços via mercados financeiros (futuros) (FÓRUM, p.7, 2011), diz:

Há um componente especulativo muito forte, sobretudo pela extrema mercantilização do comércio de commodities no mundo a partir de instrumentos como o mercado futuro, [...] e a especulação financeira em geral. [...] À medida que as bolhas foram 'secando' ou rebentando (novas tecnologias, mercado imobiliário, subprime) os especuladores (fundos de investimentos, hedge funds, fundos de pensão e grandes bancos) se concentraram nas commodities, incluindo os produtos alimentares.²²

Além disso, para o caso brasileiro, a enorme concentração de terras em poucas mãos, o qual teve com o agronegócio potencializado seu poder como consequência da revolução verde:

A expansão do agronegócio e das formas privadas de apropriação de recursos naturais a ele associadas contribuíram para acentuar a já elevada concentração de propriedade da terra no Brasil e para limitar as políticas

22 DIZ VICENTE BOX DE QUE OS FUNDOS DE PENSÃO, DE INVESTIMENTOS, DE COBERTURA, ETC. "COMPRAM E VENDEM CONTRATOS DE FUTUROS ESPERANDO TIRAR BENEFÍCIOS EM QUALQUER TRANSAÇÃO"; OS INTERMEDIÁRIOS (AGROEXPORTADORAS COMO CARGILL, MONSANTO, ETC.) "MANEJAM GRANDES QUANTIDADES DE PRODUTOS" E, ASSIM, "ARMAZENAM GRANDES QUANTIDADES PARA DESABASTECER O MERCADO E FORÇAR UMA SUBIDA DE PREÇOS", DIZ (FÓRUM, 2011, P.7, E SITE).

de reforma agrária. [E] constituem, hoje, um dos principais obstáculos ao desenvolvimento e à consolidação dos sistemas familiares de produção rural no Brasil. (CONSEA, relatório nov. de 2010, Fórum, p.7).

E, para isso a tríplice aliança (latifúndio-estado-agronegócio), assim chamada por Cristiane SS Campos (UFSM/geografia), possibilita as condições que o agronegócio reúna “o que há de mais moderno em termos tecnológicos com o que há de mais arcaico em termos de estrutura fundiária e de relações de trabalho”, apesar de que “não assegura o abastecimento interno” diz a professora (FÓRUM, 2011, p.7). E Rosa Medeiros (UFRGS/Núcleo de Estudos Agrários) diz que “outra consequência do domínio do agronegócio é que a agricultura familiar passa a tentar se integrar na cadeira produtiva de acordo com os interesses das grandes organizações que regulam o mercado de alimentos(Fórum, 2011, p.8).

1.3 O COMBATE À FOME E A AGRICULTURA FAMILIAR E URBANA

1.3.1 – A ESTRATÉGIA DO GOVERNO BRASILEIRO E OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Na apresentação do documento da “Política de Segurança Alimentar e Nutricional”²³ a Ministra Tereza Campello diz que a “institucionalização foi um dos mais expressivos ganhos observados nas políticas sociais brasileiras”, e em decorrência disso, é que se começou a “desenhar os seus mais importantes programas de combate à pobreza, como o Fome Zero e o Bolsa Família” (CAISAN, 2011, p.9). O papel do Consea²⁴ na geração de proposições e do Estado Brasileiro na “universalização das políticas públicas de combate à pobreza e a garantia de acesso à alimentação” possibilitou avanços “nas condições sociais de nossa população” e impactos positivo na segurança alimentar e nutricional, diz.

O Plano buscava assim “consolidar e expandir [...] tais conquistas”, e na medida em que, foi elaborado pela Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (19 ministérios) integrará “dezenas de ações do conjunto destes órgãos voltados para a produção, o fortalecimento da agricultura familiar, o abastecimento alimentar e a promoção da alimentação saudável e adequada” (CAISAN, 2011, p.9).²⁵ Destaca ainda que o PLASAN consolida o SISAN, como base da articulação dos diferentes entes federados que “pactuados com a sociedade civil, poderão constituir-se como parte orgânica de nosso sistema de proteção social”, mas é claro que, estados e municípios ainda devem aderir a tal programa de segurança e de proteção social; que contém “programas estratégicos do Plano Brasil sem Miséria [...] envolvendo seus três eixos: transferência de renda, acesso universal a serviços e inclusão produtiva” (Idem, 2011, p.10).

23

AGRICULTURA
PERIURBANA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
LIMITES E
POSSIBILIDADES NO
COMBATE À FOME
E À MISÉRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE (FURG) NOS
MUNICÍPIOS DE RIO
GRANDE E SÃO JOSÉ
DO NORTE (RS)

23 CAISAN. PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – 2012/2015. BRASÍLIA: MDS; CONSEA, 2011.

24 CONSELHO NACIONAL SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

25 PORTANTO, MEDIDAS QUE VÃO ALÉM DO ACESSO A RENDA PARA A COMPRA DE ALIMENTOS.

Destacamos do programa e das ações propostas, a indicação do “fortalecimento da agricultura familiar”, já que seria estratégica devido ao seu “papel no abastecimento alimentar interno e sua capacidade de resposta, mesmo em períodos de crises globais de alimentos” (ibidem, 2011, p.23). Mas, novamente, a ameaça da fome ou da crise alimentar emerge, como para justificar o “estabilizar o preço dos alimentos” decorrente da “volatilidade do mercado internacional de alimentos”. Neste caso, novamente uma incongruência nos argumentos, pois se àquele abastecessem o mercado interno, portanto, estaria menos vulnerável ao mercado especulativo, responsável como vimos pelos aumentos de preços dos alimentos no mercado mundial. Por outro lado, reconhece que houve:

um avanço da concentração de capitais nos diferentes setores ligados à produção, processamento e comercialização de alimentos. Como conseqüências, recorrentemente, observam-se abruptas flutuações dos preços das *commodities* agrícolas, o que têm repercutido na elevação dos preços dos alimentos, e a deflagração de uma crise alimentar sem precedentes na história contemporânea. (CAISAN, 2011, p.25)

Mas, pondera que, nos últimos anos o poder público tem recuperado, “em parte, o papel regulador [...] na produção, processamento, distribuição e consumo de alimentos”²⁶, e nesta a “promoção de uma agricultura de base familiar e sustentável” (CAISAN, 2011, p.36-37).²⁷ Objetivo que é também de entidades com a ONU - Habitat, o IPES (Rede de agricultura urbana e seguridade alimentar) e o Ministério do Desenvolvimento Social e da Fome (MDS).²⁸ Isto porque, na “América Latina, la expansión urbana genera una creciente malnutrición urbana e periurbana” [e, com] “la alta volatilidad en los precios de los alimentos y al impacto de la recesión económica y el desempleo” torna a “situación crítica”. (ONU/MDS/IPES-RUAF, 2010, p.1). E adenda que a perda de áreas de produção, maior demanda de água, uma grande quantidade de resíduos, dentre outros problemas decorrente da urbanização (Idem, 2010, p.1).

Diante disso, é que “cada vez más gobiernos locales, regionales e nacionales implementan programas de agricultura urbana buscando combatir la pobreza, y contribuir para mejorar la seguridad alimentaria e nutricional, el ambiente y los ingresos” (ONU-HABITAT/MDS, 2010, p.1). Mas também, participam ONGs, universidades, movimentos sociais e inclusive o setor privado na promoção da agricultura

26 PROPÕEM MEDIDAS DE MERCADO: RELACIONADAS A CRÉDITO, SUA ANTECIPAÇÃO OU SEU AUMENTO VIA BANCOS, NOVAS LINHAS DE FINANCIAMENTO E REDUÇÃO DE JUROS, OU DOS PRAZOS PARA PAGAMENTO, AMPLIAÇÃO DA PGPM, ETC., PORTANTO, JUNTO AO SETOR FINANCEIRO, UM DOS RESPONSÁVEIS PELO AUMENTO DOS PREÇOS DOS ALIMENTOS (IDEM, P.25).

27 MAS, CONTRADITORIAMENTE, DIZ QUE AS POLÍTICAS E AÇÕES DEVERIAM SER “BASEAR EM PRINCÍPIOS DO ETNODESENVOLVIMENTO”, OU SEJA, QUE RESPEITEM “AS CULTURAS, ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO SOCIAL, CONHECIMENTOS TRADICIONAIS, FORMAS DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL” (ÉTNICAS, RACIAIS E DE GÊNERO) DEVE “SER PERSEGUIDO”, ALEM DE QUE ESTAS POPULAÇÕES POSSAM PARTICIPAR NA FORMULAÇÃO DOS “MECANISMOS DE REPASSE DE RECURSOS, ACESSO E GESTÃO DESTES” PELAS PRÓPRIAS ORGANIZAÇÕES (CAISAN, 2011, P.39). PERSPECTIVA CORRETA, EM NOSSA VISÃO, MAS LIMITADA PORQUE A PERSPECTIVA HEGEMÔNICA ORIENTADORA DAS AÇÕES VAI NOUTRA DIREÇÃO.

28 ONU/MDS/IPES-RUAF. AGRICULTURA URBANA Y PERIURBANA EM AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE: UMA REALIDAD. FOLDER, DISTRIBUÍDO RIO DE JANEIRO, ONU-HABITAT, MARÇO 2010.

urbana e periurbana (AUP).²⁹ Pois, se destaca: a AUP “mejora de la calidad de vida de la población urbana y la gestión urbana, social y ambientalmente sustentable de las ciudades” (p.2).³⁰

O novo de tudo isso,³¹ no entanto, no relacionado a produção agrícola nas cidades ou no espaço urbano, dizem BRAND, Peter e MUNOZ, Edwin (2007, p.47-70) é seu discurso como política pública num contexto paradoxal. Para responder ao “problema de fome, seja física ou espiritual”, as Nações Unidas, através da FAO, de redes de organizações como AGUILA (2007, p.47), de governos nacionais e locais, e argumentos relacionados ao meio-ambiente, ao estético, a moral, etc. (p.48) se propõe a agricultura urbana e periurbana como solução. É um paradoxo:

em médio de la globalización y una abundancia de alimentos producidos industrialmente em los mercados internacionales, la agricultura urbana – sustancialmente doméstica em escala y frecuentemente em nível de subsistência – emerge como um elemento clave para el bienestar social y ambiental de las ciudades. (BRAND Y MUNOZ, 2007, p.48).

Ou seja, a globalização hegemônica dos anos 1990 avançou enquanto realidade para as relações internacionais, das corporações e à gestão estratégica do sistema capitalista; mas, de outro, na atualidade tais órgãos gestores do sistema enfatizam o retorno a cidade, ao local, seja no relativo ao urbano, ao combate a fome e aos problemas ambientais. Isso nos levaria a corroborar a reflexão de Garnier inserindo-a numa perspectiva de maior escopo (do que acabar com a fome e a miséria), para localizar seus reais objetivos por parte dos gestores do sistema capitalista.

Jamais, desde a acumulação primitiva do capital, houve, como agora, uma tal conformidade e uma tal imbricação entre a organização da economia e o recurso a violência “legítima” - aquela do Estado – para manter a ordem das cidades. A “nova ordem do capital” instaurada no dia seguinte à “queda do comunismo” tem, com efeito, um corolário: a necessidade de imperativa para as autoridades de instaurar paralelamente uma nova ordem local para jugular “no terreno” as desordens sociais engendradas por esta ordem longínqua. (GARNIER, 2006, in ACSELRAD, 2009, 29)

Diante desta questões, e condicionantes, é que inserimos a nossa análise crítica do projeto desenvolvido pelo NUDESE, seus limites e possibilidades positivas que, serão descritos e analisados a seguir.

29 CITA COMO EXEMPLOS: HORTAS EM DIFERENTES LUGARES (EM COMEDORES POPULARES, ESCOLAS, PÁTIOS, TERRENOS BALDIOS, DEBAIXO DE LINHAS DE ALTA TENSÃO, ETC.).

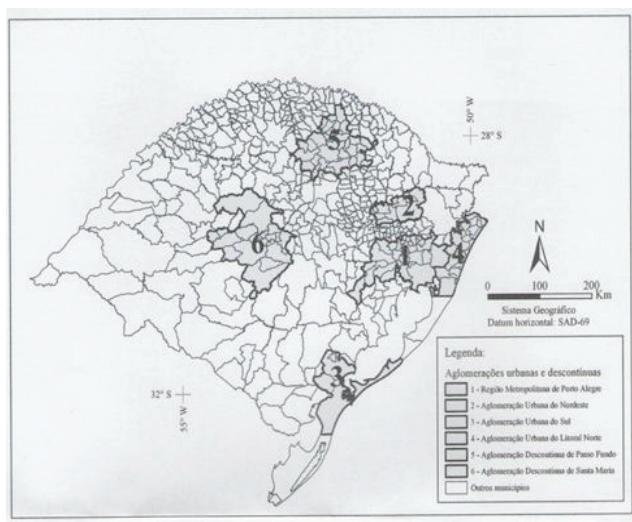
30 CITAM-SE BEST PRACTICES DE CUBA, BRASIL (BELO HORIZONTE, PORTO ALEGRE, CURITIBA), URUGUAI (MONTEVIDEO), ARGENTINA (ROSÁRIO), EQUADOR (QUITO), PERU (LIMA), ETC. CUBA E BRASIL DESENVOLVEM POLÍTICAS NACIONAIS AUP ARTICULANDO AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL.

31 DIZEM OS AUTORES QUE O CULTIVO DE PLANTAS E A CRIAÇÃO DE ANIMAIS PODEM SER ENCONTRADOS DESDE OS PRIMEIROS ASSENTAMENTOS URBANOS (P.48).

2. A Pesquisa da Agricultura urbana e periurbana no extremo sul do Brasil

A pesquisa que desenvolvemos (2011) teve como objetivo principal identificar os limites e as possibilidades de um Programa de Extensão Universitária de Agricultura Urbana e Periurbana do Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico (NUDESE-FURG) (2008-2010) desenvolvido junto a agricultores/as da região de São José do Norte e Rio Grande e suas possíveis relações com o combate à fome e à miséria. Nos mapas abaixo destacamos área de abrangência da pesquisa e da atividade de extensão desenvolvida pela Universidade.

Mapa 01- Aglomeração urbana do Sul (foto 1 e 2)



FONTE: NURE – FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E ESTATÍSTICA (RGS).



FONTE: INTERNET

Os municípios de Rio Grande e São José do Norte estão localizados na área que corresponde ao número 3, nesta região chamada de Aglomeração Urbana do Sul. O problema de nossa pesquisa o seguinte:

Partindo do olhar dos agricultores e agricultoras, quais são os aspectos limitantes e as possibilidades de um Programa de Agricultura Urbana e Periurbana desenvolvido em parceria entre uma Universidade Pública e o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, do ponto de vista da consolidação³² do desenvolvimento social, econômico e ambiental, tomando por base as transformações que se processam na dinâmica familiar, nas relações de gênero e na produção e distribuição dos produtos oriundos dessa prática? (MACHADO, ET. ALI, PROJETO CNPq/MDS, 2010, p. 6)

Disso, deveríamos: a) verificar os limites e possibilidades do programa de extensão desde o olhar dos agricultores e da consolidação do desenvolvimento social, econômico e ambiental; b) das transformações que se processam na dinâmica familiar e nas relações de gênero; c) E ainda, em complemento, na transformação da produção e distribuição de produtos advindos da agricultura familiar e na/da segurança alimentar.³³

A pesquisa desenvolveu-se através da formação de uma equipe de diferentes áreas do conhecimento, em seguida a partir de visitas as feiras, observações e visitas aos agricultores e entrevistas com os mesmos, com os coordenadores do programa de extensão da FURG e técnicos responsáveis de acompanhamento junto aos produtores. Nos Municípios de Rio Grande e São José do Norte foram realizadas sete (7) entrevistas gravadas, as quais foram antecedidas de 5 (cinco) visitas às feiras livres e pelo menos (1) uma visita à residência para que tivéssemos uma relação prévia com cada uma das famílias entrevistadas.³⁴ O material coletado foi organizado conforme as questões e objetivos da pesquisa, e apresentado em relatório ao CNPq-MDS em início de fevereiro de 2012, com conclusões e sugestões de onde se criar condições para avançarmos nas pesquisas futuras.

32 DESTACARÍAMOS AQUI UM LIMITE EM NOSSA FORMULAÇÃO QUANDO DE SUA ELABORAÇÃO NO USO DESTA PALAVRA, POIS PODERIA SUGERIR A EXISTÊNCIA DE ALGO QUE DEVERIA SER CONSOLIDADO, PRESERVADO, CONSERVADO, SUSTENTADO E, PORTANTO, BENEFÍCIO A TODOS/AS, INDEPENDENTE DOS POSICIONAMENTOS DOS GRUPOS E CLASSES SOCIAIS EM SUA DIVERSIDADE DE POSICIONAMENTOS CONFORME VIMOS ARGUMENTANDO A PARTIR DE BOURDIEU E DE LEFEBVRE.

33 FAZIAM PARTE DE NOSSAS PREOCUPAÇÕES NA PESQUISA: (3) "PROJETAR AÇÕES QUE POSSAM CONTRIBUIR PARA A QUALIFICAÇÃO DA PRÁTICA DA AGRICULTURA URBANA, ATRAVÉS DA ARTICULAÇÃO ENTRE A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E O MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME"; E (4) "CONTRIBUIR PARA O FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E DO COMBATE À FOME EM NOSSA REGIÃO E NO PAÍS, POR MEIO DO DIÁLOGO ENTRE AS PRÁTICAS EFETIVADAS PELA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA E A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO".

34 ESTAS ENTREVISTAS, OS CADERNOS DE OBSERVAÇÃO E ANOTAÇÕES DE CAMPO, FORAM TRANSCRITAS E ANEXADAS AO RELATÓRIO ENTRE AO MDS-CNPQ COMO PRESTAÇÃO DE CONTAS DA PESQUISA REALIDADE. E PODERÃO, EM BREVE, APÓS APROVAÇÃO CNPQ, ESTAR DISPONÍVEL NO BLOG DO GRUPO POLÍTICA, NATUREZA E CIDADE: [HTTP://GPNCFURG.BLOGSPOT.COM.BR/](http://GPNCFURG.BLOGSPOT.COM.BR/)

2.1 – O PROJETO DE EXTENSÃO DA UNIVERSIDADE E DO NUDESE

O Núcleo de Desenvolvimento Social e Econômico da Universidade Federal do Rio Grande (NUDESE/FURG) desenvolve atividades de assessoria (consultoria) e formação junto às famílias de agricultores, na formação de cooperativas, na criação de espaço de comercialização, ao fortalecimento da economia solidária e à formação na área de gestão e administração até a educação ambiental.³⁵ Nossa pesquisa analisou o “Projeto: desenvolvimento da agricultura urbana e peri-urbana (AUP) na aglomeração urbana do sul (Municípios de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção e da comercialização e da agroecologia” que se desenvolveu entre 2009 e 2010, e foi financiado pelo MDS. O mesmo contou com financiamento do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e na ampliação dos conhecimentos em torno da agroecologia, no aprimoramento da qualidade dos produtos da pesca³⁶ e da agricultura familiar. Para tanto, desenvolveu ações e atividades para a “formação de sujeitos capazes de gerenciar coletivamente todo processo da cadeia produtiva – através de cursos, oficinas, acompanhamento técnico e construção de um espaço de comercialização direta ao consumidor” (NUDESE, 2008, p.18). Como estratégias para a concretização dos objetivos desenvolviam ações de sensibilização dos grupos, o acompanhamento sistemático e a estruturação de locais para a comercialização (NUDESE, 2008, 19-21).

Três objetivos específicos são relacionados: 1.Incentivar a transição da agricultura tradicional para a agroecológica; 2.Qualificar os agricultores em agroecologia; 3.Prestar assistência técnica em agroecologia (NUDESE, 2008, p.18). Isto porque, “nossas reflexões” indicam que “fatores locais impedem o desenvolvimento e a consolidação destes empreendimentos” (da pesca artesanal e da agricultura urbana e periurbana de base agroecológica): o “baixo desenvolvimento econômico e humano”, a “produção agro-ecológica era pouco explorada” e a “pesca predatória inviabilizava as cooperativas de beneficiamento” (NUDESE, 2008, p.21-22). E ainda, a “fragilidade do conhecimento técnico-agrícola” e a “falta de espaço para comercialização”, apontavam para a necessidade de: “qualificar gestores” (meta 2); promover a “autogestão” (meta 5) e os postos de “comercialização” (meta 8). Tudo, para formar “sujeitos capazes de gerenciar coletivamente todo o processo da cadeia produtiva” (p.18).

2.2 – RESULTADOS CONSTATADOS SOBRE A PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO

Inicialmente, diríamos que as famílias foram incorporadas ao Programa de extensão da Agricultura Urbana e Peri-Urbana do NUDESE não iniciaram suas atividades agrícolas em função do mesmo, e podem ser qualificadas como periurbanas. Suas atividades se desenvolviam com distâncias que variam de 10 a 70 km dos centros urbanos.

35 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DESTA PARTE, VER [HTTP://WWW.NUDESE.FURG.BR/](http://WWW.NUDESE.FURG.BR/).

36 SOBRE A PESCA ARTESANAL E O NUDESE PODE SE CONSULTADO PAULO RICARDO OPUSZKA, COOPERATIVISMO POPULAR: OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PESCA ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL, CURITIBA 2010. PROGRAMA PÓS-GRADUAÇÃO DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ/UFRPR. (VER BANCO DE TESES CAPES:

<http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20103240001016017P3>, (ACESSO 04.02.2012).

A prática da agricultura urbana que compreende o exercício de diversas atividades relacionadas à produção de alimentos e conservação dos recursos naturais dentro dos centros urbanos ou em suas respectivas periferias, surge como estratégia efetiva de fornecimento de alimentos, de geração de empregos, além de contribuir para a segurança alimentar e melhoria da nutrição dos habitantes das cidades. (ROCHA, 2002, p. 05)

Houve alterações na forma de comercialização dos produtos, posto que ocorre a comercialização direta para os consumidores das cidades; o que antes não acontecia, deixando, no passado, os produtores a mercê dos atravessadores. Assim, tanto em São José do Norte e na feira criada pelo NUDESE (campus carreiros da Universidade), além de alguns agricultores da feira do cassino (balneário da cidade) tiveram contato com o núcleo e assim potencializaram suas atividades. Em São José do Norte, por exemplo, há um caminhão da cooperativa que tem suas despesas pagas pelos agricultores, que carrega as mercadorias até a cidade.

Sobre a relação com o combate à fome, segundo a assessora do NUDESE, o Programa tem contribuído porque a população pobre do espaço urbano tem acesso a alimentos mais baratos e de qualidade:

existe uma diversificação, os produtos ainda são produzidos, ainda são produtos baratos, tudo comprando direto do produtor, tu consegue mais em conta e isso as pessoas das classes mais simples *né*. Elas conseguem adquirir, ele vai conseguir comprar e a diversificação *né* acho que é por aí e tu ter diversidade de produção para melhorar o consumo. (Técnica do NUDESE, 07/12/11, p. 07).

E, ainda, o Programa do NUDESE/FURG favoreceu não só os consumidores, mas também, aos agricultores, afinal, eles puderam desenvolver uma maior diversificação da produção, o que contribuiu significativamente para a melhoria de sua qualidade de vida através dos recursos financeiros que conseguiram com as feiras. Mas, também, os agricultores, destacaram que as estufas disponibilizadas permitiram ampliar as plantações nas diferentes estações do ano, facilitando a irrigação; e no inverno abrigam as colheitas, principalmente com relação à geada, que pode danificar plantações inteiras. Uma agricultura se manifesta:

Olha, deu de plantar mais, que nem no verão mesmo a gente tem certas coisas que não dá de plantar no cercado *né* e na estufa, perfeitamente, colhe [...] e outras coisas que pra botar nos legumes *né*, de remédios e coisas que a gente não conhecia e não botava quando plantava pra casa, agora já é obrigado tu ter pra botar, mas tu colhia igual só que agora melhorou *né*, é melhor, muita coisa que a gente não conhecia e passou a conhecer, *bah* muita coisa". (Transcrição da entrevista, 18/11/11, p. 02 e 03).

Como limite do Programa, a questão da não continuidade (ou do tempo de aprovação e liberação de recursos, ou da continuidade dos recursos aos projetos e programas) é apontada como negativo. Segundo o NUDESE, sobre os recursos “vai fazer dois anos (que eles não são disponibilizados) e nesse período eles estão caminhando sozinhos, eles estão se virando eles estão buscando aqueles produtos para tratarem as plantas né os fitoterápicos eles vão atrás” (Transcrição da entrevista, 07/11/11, p.07).

Cabe destacar ainda que a divulgação das feiras, banheiros e melhores condições nas feiras, também apontadas como sugestões de serem considerados.

Enquanto eles não tiverem recursos para fixar o homem do campo aqui não dá, eles fizeram um levantamento aqui o Celomar lá na planilha dele eu fiz a porcentagem 70% do homem no campo aqui tem um ou dois aposentados porque se não tivesse não estariam aqui, porque eles não têm o que comer, a cebola não dá pra ninguém comer (Transcrição da entrevista, 06/10/11, p. 03).

OS AGRICULTORES E AGROECOLOGIA

Um aspecto inovador na proposta desenvolvida pelo NUDESE seria sua relação com a transição agroecológica, portanto, de incentivar a agricultura familiar que já estava em curso ou outras nesta prática:

...que nosso orgânico é todinho limpo. Nada com veneno...é que nem estávamos discutindo ontem lá [reunião com o pessoal do projeto do NUDESE] tem muita gente que diz que o meu é orgânico, me prova e se eu digo o meu orgânico eu provo, não tenho mais medo de provar com o meu acompanhamento da Emater e de vocês da FURG. (Transcrição da entrevista com casal de agricultores, 06/10/2011, p.1)

Do Programa do NUDESE, os agricultores/as afirmam: “tá bem, tá bem melhor... porque...porque depois que passou pro ecológico, ah melhorou. A Planta melhorou...Agora mesmo o pessoal se admira dos morangos ser ecológico...” (agricultora, 21/09/2011, p. 05).

Eu tive muita vontade pela agroecologia só que não conseguia, eu já tinha um monte de apostilas que ensinavam fazer remédio bioprodutores, só que eu não conseguia sozinha porque o Bebeto não acreditava que dava certo e eu não tinha um pulverizador separado. Eu não podia experienciar porque não dava. Aqui em casa ninguém acreditava. Eu já tinha desistido apesar de não utilizar veneno nas plantas né e ai veio o projeto e comecei a espalhar para as pessoas (Transcrição da entrevista, 28/09/2011, p. 04).

Outra agricultora, na cidade do Rio Grande, relatou que sua preocupação com essa questão teve início quando não quis que sua neta comesse tomate produzido por

ela em função dos venenos que eram colocados. Essa situação colocou a produtora frente um paradoxo que a impulsionou a buscar alternativas. Em suas palavras “A gente parou mesmo com agrotóxico pesado quando a guria nasceu...Desde que a filha nasceu a gente parou” (Transcrição da entrevista, 21/09/2011, p. 02).

Olha, as coisas mudam né, tem muita, tem algumas mudanças, como, por exemplo, a gente já plantava assim sem veneno pra consumo e agora a gente incentiva também as pessoas a planta né. (Transcrição da entrevista outra agricultora, 18/11/2011,p.1)

Em São José do Norte encontramos uma família em que a mulher foi a incentivadora da transição agroecológica, e o esposo ofereceu resistência, mas ela não desistiu, e fez o companheiro a rever sua posição: “*agora até ele fica mobilizando as pessoas esse dias colocaram veneno em um plantação de frutas e ele disse que poderiam colocar um remédio natural que matava tudo.*” (Transcrição da entrevista, 28/09/2011, p. 04).

Eu tenho verdadeira paixão pela agricultura! Para mim plantar, colher... Eu me estresso com a lida da casa! Tem um monte de roupa para lavar! Eu tô louca para ir pra os meus canteiros e não termino nunca, que nem eu falei, falta muita mão de obra! Então aqui em casa eu faço, só basicamente, o necessário, e o resto eu vou chutando para ter tempo porque se não, ficar limpando e ariando tudo, não tem tempo!” (Agricultora, 2011).

2.4 MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NA DINÂMICA FAMILIAR E RELAÇÕES DE GÊNERO

Com relação ao papel nas relações entre o homem e a mulher nas atividades agrícolas estudadas, portanto, no espaço periurbano percebemos que as mulheres têm uma preocupação maior com a qualidade dos alimentos, tanto no que se refere aos produtos que disponibilizam aos consumidores, quanto ao que comem.

No cotidiano das relações, os gêneros se expressam reafirmando os papéis instituídos, quando uma agricultora diz que “a visão do homem e da mulher na agricultura é bem diferente! Mas assim, eu sou dos serviços leves, como se diz, e ele com o serviço pesado. Não daria certo só o homem ou só a mulher! Esse trabalho é um trabalho de família” (Transcrição da entrevista, 28/09/2011, p. 04).

No entanto, além de ter tarefas no campo, as esposas são responsáveis por cuidar da casa, o que na maioria das vezes apareceu como uma atividade secundária. Isso nos evidencia Maria em uma de suas falas ao afirmar que “Eu trabalho direto com ele... E trabalho em casa... é!... Bah! Tem dias que minha casa tá uma bagunça, tem dias que não dá tempo, aí eu tenho problema no joelho que eu trabalho muito na chácara tem que tirar uma hora pra parar...” (Transcrição da entrevista, data, p. 05). O trabalho junto com o companheiro na atividade agrícola é compartilhada pela mulher que, ainda, lhe é atribuída culturalmente à lida da casa.

A assessora técnica do NUDESE, também assim se refere à questão:

Claro que o trabalho da mulher é diferente que o trabalho do homem, da mulher é bem mais abrangente dentro de uma propriedade né, isso vocês puderam observar nas visitas, ela participa aí da dinâmica diária da casa dela, mas ela também acompanha no campo o marido né, é bem atuante assim e lá, principalmente, em SJN tu vê isso de uma maneira de forma bem visível né, a forma é o trabalho dela efetivo ali, acompanha o marido em tudo né e ela tem essa responsabilidade, em alguns casos ela tem a responsabilidade da casa né e ela acaba assumindo também o da produção. (Transcrição da entrevista, 07/12/11, p. 02)

Portanto, as contradições das manifestações e comentários acima, evidenciam elementos que devem ser aprofundados, já que aportam inúmeras dicas interessantes sobre as relações entre os gêneros na região, e com informações e estudos mais amplos poderiam contribuir ao debate teórico, mas também político sobre a temática.

Considerações finais

Em primeiro lugar, tínhamos o propósito de verificar os limites e as possibilidades do Programa de Extensão desenvolvido pelo NUDESE (2008-2010) na Universidade Federal do Rio Grande, das transformações familiares e entre os gêneros bem como possíveis relações com o combate à fome. Mas, neste trabalho fizemos um recorte da pesquisa, para apresentar algumas considerações a partir dos dados pesquisados e relacionados a uma interpretação mais global dos objetivos da ação de extensão e do combate à fome no capitalismo e no mercado de alimentos.

Disso diríamos que, as possibilidades deste tipo de Programa e suas contribuições, sejam pelas manifestações dos assessores e técnicos, mas principalmente, pelos agricultores/as revelou-se positivo e, sua continuidade deveria perpetuar-se enquanto atividade de extensão. As atividades de formação, as estufas, as viagens de estudo e conhecimento de outras experiências foram apontadas como positiva pelos agricultores. Apesar de não ter iniciado a transição agroecológica, já que muitos agricultores já as desenvolviam, o Núcleo através do Programa AUP potencializou as existentes e de que novos agricultores comesçassem a utilizar-se dela. Mas, deveríamos ponderar se seria a Universidade o espaço de desenvolvimento desta política pública. Se, por um lado, o NUDESE tem histórico e está envolvido diretamente nas atividades e ações junto aos agricultores, e possibilitou a potencialização das feiras existentes (Cassino), a criação de outra no Campus Carreiros (FURG) que atende a comunidade universitária e de seu entorno; e da feira de produtores de São José do Norte; mas de outro, talvez, a mesma pudesse ser potencializada se, outros atores institucionais junto com a Universidade assumissem a responsabilidade de sua efetivação.

Um aspecto inovador na proposta desenvolvida pelo NUDESE seria sua relação com a transição agroecológica, portanto, de incentivar a agricultura familiar que já estava em curso e buscar a consolidação de um processo de transição agroecológica. Esse é um elemento basilar da importância do desenvolvido junto a esses agricultores, afinal, eles estão produzindo alimentos cada vez mais saudáveis e garantindo uma melhor qualidade de vida para si e os consumidores, uma dimensão fundamental da Segurança Alimentar e Nutricional. Mas, tais ações e processo de incentivo e apoio a agroecologia não podem ocorrer através de ações isoladas e de que recuperar áreas antes produtoras através de veneno é demorado; além, da necessidade de “proteção” da produção agrícola sem agrotóxico das usúrias intensivas de veneno.

No entanto, como limites no específico do financiamento da atividade de extensão e do Programa do NUDESE destacamos problemas relacionados ao tempo de liberação de recursos e sua disponibilização via editais; a falta de articulação desta política pública com outras desenvolvidas por outros entes federados e instituições públicas na região; a falta de dados aprofundados sobre a situação da fome e da miséria e da relação efetiva deste tipo de Programa com o combate a fome e a miséria nas cidades e região.

E ainda, pela falta do conhecimento por parte do núcleo implementador da proposta (o NUDESE), perceptível pela fundamentação da sua proposta e das reflexões sobre o acumulado no campo – agricultura urbana e periurbana -, bem como da falta de argumentação sobre a complexidade da cadeia produtiva na região, dos atores e conflitos, e como argumentamos sobre o mercado de alimentos de seu controle por mega-corporações, indicaríamos como um limitante da atividade de extensão. E que, deveria, como pesquisa acadêmica ser realizada. Isto porque, diante disso o Programa do NUDESE ficou restrito ao específico da atividade de extensão, não relacionou aos acúmulos da produção do “campo”. E assim, focou apenas em problemas de gestão e de capacitação técnica dos agricultores/as como se apenas estes fossem os responsáveis ou fizessem parte do campo agrícola e da produção de alimentos na região. E, ainda que, nos apareceu que, tal formação partiu da idéia de que seriam os próprios agricultores familiares e agroecológicos os responsáveis diretos por seus problemas, bem como na solução ao problema da fome. Abstraindo, portanto, de que a produção de alimentos estaria inserida num contexto de mercado controlado pelo agronegócio e é especulação internacional de alimentos.

Mas, também, ao se afirmar que eles carecem de formação e de capacidade de gestão da cadeia produtiva, como se afirmou nos documentos do NUDESE (projeto), e ao não explicitarem o que seria tal cadeia, as atividades de formação estariam aqui, evidenciando outro limite de sua eficácia. E assim, ingenuamente servindo à interesses contrários aos quais dizem defenderem, ou seja, dos pequenos agricultores, familiares e agro-ecológicos. Pois, seria impossível que os agricultores e agricultoras “se compreendam capazes de gerenciar coletivamente a complexidade da cadeia produtiva – responsabilizando-se pela produção, beneficiamento e comercialização” (Projeto do NUDESE, 2008, p.1-2), já que o próprio NUDESE não diz o que é a tal cadeia produtiva no Programa e sobre os lugar daqueles em tal cadeia produtiva.

33

AGRICULTURA
PERIURBANA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
LIMITES E
POSSIBILIDADES NO
COMBATE À FOME
E À MISÉRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE (FURG) NOS
MUNICÍPIOS DE RIO
GRANDE E SÃO JOSÉ
DO NORTE (RS)

▲ **SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL**

No relacionado, ao papel da Universidade, diríamos que uma atividade de extensão ao ser desenvolvida - num programa de extensão como política pública, como foi esta em torno da AUP – deveria focar mais em levantar problemas e necessidades, identificar os diferentes atores envolvidos e posicionamentos relacionados aos problemas apontados por àqueles. Portanto, tais pesquisas, e seus resultados, aos serem socializados poderiam contribuir na problematização das raízes e das causas da fome e da miséria no capitalismo. E assim, possibilitar o debate público de alternativas, e não de medidas paliativas.³⁷

Em terceiro, sobre o combate a fome e a miséria, diríamos que como já argumentamos o programa contribuiu indiretamente, a melhoria da renda dos produtores envolvidos, e à comunidade das cidades no qual foi desenvolvido e também a comunidade universitária. No entanto, diretamente ao foco da solução do problema

37 PODEMOS VER QUE, A EMATER, EM PROCESSO DE DESCONSTITUIÇÃO NOS GOVERNOS ANTERIORES, PARECE TER SIDO RECONSIDERADA NO GOVERNO ATUAL, NA SUA REPOSIÇÃO DE QUADROS DE ASSESSORIA, AINDA ENQUANTO REALIDADE A SER EFETIVADA; DOS QUADROS RESTANTES EM DECORRÊNCIA DAS ENTREVISTAS VERIFICAMOS INDÍCIOS DE PERTINÊNCIA DE AÇÕES E DE RELAÇÕES DE SEUS TÉCNICOS COM OS AGRICULTORES/AS. NO REFERENTE AS PREFEITURAS, A DE SÃO JOSE DO NORTE, ESTEVE ENVOLVIDA E PARCEIRA DO PROGRAMA DO NUDESE/FURG, EM PARTE, CONTRIBUIU NA CONTINUIDADE DE ALGUMAS AÇÕES (FEIRAS EM SÃO JOSE DO NORTE, APOIO A REUNIÕES E ORIENTAÇÕES AOS AGRICULTORES, E INCLUSIVE, NOS CEDENDO AUTOMÓVEL PARA DESLOCAMENTO NUMA DAS ENTREVISTA AOS AGRICULTORES; NO CASO DA PREFEITURA DE RIO GRANDE, O NÃO ENVOLVIMENTO COMPLETO DA MESMA NESTE PROGRAMA OU DE AÇÕES MAIS AMPLAS, OU ESPECIFICAS JUNTOS A ESTES AGRICULTORES. POR FIM, O NEMA (ONG, AMBIENTAL DA REGIÃO) TAMBÉM SERIA RELEVANTE DESTACAR COMO TENDO OU DESENVOLVENDO ATIVIDADES DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DE ORIENTAÇÃO AOS AGRICULTORES, EVIDENCIADOS NAS FEIRAS VISITADAS, E PORTANTO, EM SOBREPOSIÇÃO (MAS NÃO EXCLUDENTE) JUNTO AOS AGRICULTORES QUE ESTIVERAM NO PROGRAMA DESENVOLVIDO PELO NUDESE/FURG.

da forme da miséria não podemos indicar uma relação mais efetiva por parte do programa.³⁸ Adenda-se a isso, os limites de tais proposições, que já argumentamos nas partes iniciais deste trabalho, pois circunscritas a proposições vinculadas ao mercado (acesso a renda para comprar produtos no mercado) o qual é controlado por mega-corporações (agronegócio, indústria de transformação e de insumos, financeiro).

Sendo assim, as feiras e a produção periurbana e agroecológica se não induzidas pelos poderes públicos numa lógica diferente do pró-mercado, e para tal perspectiva, temos debates e experiências acumuladas através da economia popular solidária que deveriam ser resgatadas, serão ineficazes em seus objetivos. Na prática, portanto, como resultados de fundo estarão contribuindo para a produção e re-produção das relações sociais capitalistas (LEFEBVRE, 1973, 1991), apesar dos discursos e da boa vontade manifestadas em sentido contrário.

35

AGRICULTURA
PERIURBANA
E EXTENSÃO
UNIVERSITÁRIA:
LIMITES E
POSSIBILIDADES NO
COMBATE À FOME
E À MISÉRIA: UMA
ANÁLISE A PARTIR
DA EXPERIÊNCIA
DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RIO
GRANDE (FURG) NOS
MUNICÍPIOS DE RIO
GRANDE E SÃO JOSÉ
DO NORTE (RS)

38 É CLARO QUE O PROGRAMA DO NUDESE FOI DESENVOLVIDO ANTES DESTA BRASIL SEM MISÉRIA, MAS JÁ NA ÉPOCA DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA A TEMÁTICA DA FOME E DA MISÉRIA JÁ ERA DESTACADA COMO IMPORTANTE PELO GOVERNO.

4. Referencias bibliográficas

ACSELRAD, Henri (org.). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/Heinrich Böll, 2004.

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília C. A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

BRAND, Peter e MUNOZ, Edwin. Cultivando cidadãos: agricultura urbana desde una perspectiva política. In. **Cadernos IPPUR**, Rio de Janeiro, Ano XXI, no 1, 2007, p.47-70.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. São Paulo: Edita UNESP, INRA, 2004.

CARTA Capital. A pergunta de 9 bilhões de pessoas. **Revista Carta Capital** [Conteúdo The Economist]. 23 março 2011. p.41-53.

CARTA Maior. Manifestação de Dilma Rousseff e João Stédile. **Fórum Social Temático**, Porto Alegre, Fev. 2012. [Editoria, 07.02.2012].

CAISAN. **PLANO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL – 2012/2015**. Brasília: MDS; Consea, 2011.

DIEESE. A crise econômica mundial e as turbulências recentes. **Dieese – Nota técnica**. N. 104, agosto 2011. <acesso 05 março 2012>

DORNELES, Leonardo. **Extensão Universitária e Cooperativismo Popular: um estudo a partir da Educação Ambiental Emancipatória**. Rio Grande, FURG/PPGEA, dez. 2011. Orientador: Vilmar Pereira, co-orientador: Carlos RS Machado.

GARNIER, J.P. Le nouvel ordre local: gouverner la violence, in: ACSELRAD, Henri. **A DURAÇÃO DAS CIDADES – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009 [1ª 2001, DP e A].

MACHADO, Carlos RS. **A (IN)SUSTENTABILIDADE DA QUALIDADE E DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA**. Rio Grande: FURG-UAB, livreto Pedagogia, 2011 [87p.].

MACHADO, Carlos RS Machado. **ESTADO, POLÍTICA E GESTÃO na/da EDUCAÇÃO em PORTO ALEGRE (1989-2004): avanços e limites na produção da democracia sem fim**. Porto Alegre: UFRGS-FACED, 2005 [Tese doutorado].

MARX, Karl. **Ideologia Alemã**. Disponível em: <<http://www.marxists.org/portugues/marx/1845/ideologia-alema-oe/cap2.htm#i10>>. Acesso em 02 jul. 2011.

MELLO, Cecília C. de Amaral. **Capacidade de suporte do território: o nomadismo de um conceito**. Rio de Janeiro: IPPUR. Série Estudos e Debates, n.28, 1999.

NUDESE/FURG. **Projeto: desenvolvimento da agricultura urbana e peri-urbana (AUP) na aglomeração urbana do sul (Municípios de Rio Grande e São José do Norte) através do fortalecimento da produção e da comercialização e da agroecologia.** Rio Grande: FURG-NUDESE, 2008.

OPUSZKA, PAULO RICARDO, **COOPERATIVISMO POPULAR: OS LIMITES DA ORGANIZAÇÃO COLETIVA DO TRABALHO A PARTIR DA EXPERIÊNCIA DA PESCA ARTESANAL DO EXTREMO SUL DO BRASIL,** Curitiba 2010. Programa Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná/UFPR. (ver Banco de Teses CAPES: <http://capesdw.capes.gov.br/capesdw/resumo.html?idtese=20103240001016017P3>, (Acesso 04.02.2012).

ONU-Pnuma. **HACIA UMA ECONOMIA VERDE. Guía para el desarrollo sostenible y la erradicación de la pobreza - Síntesis para los encargados de la formulación de políticas.** PNUMA, 2011. In: www.unep.org/greeneconomy. <Acesso 10 março 2011>.

ONU-HABITAT, 2010. **O direito a cidade – unindo o urbano dividido.** Rio de Janeiro, março 2010. In. WWW.unhabitat.org/wuf. [impresso e virtual].

ONU – HABITAT, **O Estado das Cidades no Mundo (2010-2011).** Tradução IPEA www.ipea.gov.br <acesso maio e junho de 2010>.

ONU/MDS/IPES-RUAF. **Agricultura urbana y periurbana em América Latina y El Caribe: Uma realidade.** Folder, distribuído Rio de Janeiro, ONU-Habitat, março 2010.

Revista FÓRUM. As raízes da crise. [Glaucio Faria], São Paulo: Editora Publischer, n.99, junho 2011.

Revista FÓRUM. A geopolítica da fome. [Miguel do Rosário], São Paulo: Editora Publischer, n.99, junho 2011

SILVA, Maria de Fátima. **A agricultura urbana e Peri-urbana na/para a cidade sustentável: estudos de caso Rio Grande (Brasil).** Rio Grande, FURG/PPGEA, dez. 2011. Orientador: Carlos RS Machado.

THE ECONOMIST. In **Carta Capital**, 23 março 2011.

ZEIGLER, Jean. Quando a comida vira produto financeiro. **Le Monde Diplomatique Brasil**, Instituto Pólis, fev. 2012, p.16-17.

WALLERSTEIN, Immanuel. Uma política de esquerda para o século XXI? Ou teoria e práxis novamente. In. LOUREIRO, Isabel; LEITE, José Correa; CEVASCO, Maria Elisa. **O espírito de Porto Alegre.** São Paulo: Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.